



DIÁRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Edição nº 91/2021

Brasília - DF, disponibilização sexta-feira, 9 de abril de 2021

SUMÁRIO

Presidência2

Presidência

RESOLUÇÃO Nº 382, DE 16 DE MARÇO DE 2021.

Altera a Resolução CNJ nº 81/2009.

O **PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o deliberado pelo Plenário do CNJ no procedimento Ato Normativo nº 00010162-83.2021.2.00.0000, na 326ª Sessão Ordinária, realizada em 9 de março de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o artigo 3º e a Minuta do edital Resolução CNJ nº 81 de 9 de junho de 2009, do Conselho Nacional de Justiça, que passam a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 3º

§ 1º Serão reservadas aos negros o percentual mínimo de 20% (vinte por cento) das serventias vagas oferecidas no certame de provimento, aplicando-se a Resolução CNJ nº 203, de 23 de junho de 2015.

§ 2º A reserva de vagas aos negros será aplicada sempre que o número de serventias oferecido no concurso público for igual ou superior a 3 (três).

§ 3º Caso a aplicação do percentual estabelecido nos parágrafos anteriores resulte em número fracionado, este será elevado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para o número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos). (NR)

“Minuta do edital”:

“2.1.4.A As pessoas negras poderão concorrer às vagas reservadas, que totalizarão 20% das vagas oferecidas no concurso público de provimento, sempre que o número de serventias oferecidas no concurso público de provimento for igual ou superior a 3 (três). Caso a aplicação do percentual resulte em número fracionado, será elevado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para o número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).

2.1.4.2A O candidato negro aprovado será classificado em lista geral de todos os candidatos e em lista específica. Os candidatos negros aprovados dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas a candidatos negros. A lista específica servirá unicamente para a convocação dos candidatos às vagas reservadas. A escolha das serventias obedecerá a rigorosa ordem de classificação final.

2.1.4.5A Para concorrer a uma das vagas reservadas a pessoas negras, o candidato deverá declarar-se preto ou pardo, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em campo específico. Presumir-se-á verdadeira a declaração prestada pelo candidato no ato da inscrição do certame, sem prejuízo da apuração das responsabilidades administrativa, civil e penal na hipótese de constatação de declaração falsa. Comprovando-se falsa a declaração, o candidato será eliminado do concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua nomeação, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

2.1.4.5B O candidato poderá inscrever-se simultaneamente como pessoa com deficiência e negra. (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 9 de junho de 2024, término do prazo de vigência da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.

Parágrafo único. Esta Resolução não se aplicará aos concursos cujos editais de abertura tiverem sido publicados antes de sua entrada em vigor.

Ministro **LUIZ FUX**

PORTARIA Nº 107, DE 8 DE ABRIL DE 2021.

Designa os integrantes da Comissão Permanente Interinstitucional.

O **PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o contido no art. 9º, § 1º, da Resolução CNJ nº 369/2021,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os integrantes da Comissão Permanente Interinstitucional para acompanhamento e sistematização, em nível nacional, dos dados referentes ao cumprimento das ordens coletivas *de habeas corpus* concedidas pela 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal nos HCs nº 143.641 e nº 165.704 e da implementação das demais medidas previstas na Resolução CNJ nº 369/2021:

I – Representantes do Conselho Nacional de Justiça:

- a) Mário Augusto Figueiredo de Lacerda Guerreiro, Conselheiro do CNJ, que o coordenará; e
- b) Luís Geraldo Sant'ana Lanfredi, Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ.
- c) Antonio Carlos de Castro Neves Tavares, Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ.

II – Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe):

- a) Tani Maria Wurster, Juíza Federal da Seção Judiciária do Paraná (TRF4);
- b) Natália Luchini, Juíza Federal da Seção Judiciária de São Paulo (TRF3); e
- c) Janaína Cassol Machado, Juíza Federal da Seção Judiciária de Santa Catarina (TRF4).

III – Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB):

- a) Elbia Rosane Sousa de Araújo, Juíza do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia;
- b) Giuliano Máximo Martins, Juiz do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul; e
- c) Leila Cury, Juíza do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

IV – Representantes indicados pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP):

- a) Alexey Choi Caruncho, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná;
- b) Claudia Braga Tomelin, Promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal; e
- c) Andrea Teixeira de Souza, Promotora de Justiça do Estado do Espírito Santo.

V – Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais (Condege):

- a) Luiz Henrique Silva Almeida, Defensor Público do Estado de Goiás;
- b) Mateus Oliveira Moro, Defensor Público do Estado de São Paulo; e
- c) Raíssa Pacífico Palitot Remígio, Defensora Pública do Estado da Paraíba.

VI – Conselho Federal da Ordem dos Advogados (CFOAB):

- a) Glícia Thais Salmeron de Miranda, Presidente da Comissão Nacional de Defesa da Criança e do Adolescente;

- b) Juliano José Breda, Presidente da Comissão Especial de Garantia do Direito de Defesa; e
- c) Everaldo Bezerra Patriota, Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos.

VII – Organizações e Instituições da Sociedade Civil:

- a) Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM);
- b) Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero (Anis);
- c) Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco); e
- d) Instituto Alana.

Parágrafo único. Integrará também a Comissão Permanente Interinstitucional o Departamento Penitenciário Nacional (Depen).

Art. 2º O Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF) e o Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) prestarão apoio técnico à Comissão.

Art. 3º As reuniões da Comissão ocorrerão, preferencialmente, por meio virtual.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro **LUIZ FUX**



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

PORTARIA Nº 111, DE 9 DE ABRIL DE 2021.

Institui o regulamento do Prêmio
Prioridade Absoluta, ano 2021.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ),
no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a necessidade de estimular os tribunais brasileiros na busca pela excelência na gestão e no planejamento, o que se traduz especialmente na sistematização e na disseminação das informações e no incremento da eficiência da prestação jurisdicional;

CONSIDERANDO a deliberação do Fórum Nacional da Infância e da Juventude (Foninj), no sentido de aprovar a realização do projeto “Prêmio Prioridade Absoluta”, nos termos do procedimento SEI nº 09733/2020;

CONSIDERANDO a institucionalização do Prêmio Prioridade Absoluta por meio da Resolução CNJ nº 355/2020, e em conformidade com o procedimento ATO nº 0009349-56.2020.2.00.0000;

RESOLVE:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º As regras, os procedimentos e os critérios para participação no “Prêmio Prioridade Absoluta” estão dispostos nesta Portaria.

Art. 2º O “Prêmio Prioridade Absoluta” consiste em instrumento que visa a selecionar, premiar e disseminar ações, projetos ou programas inovadores e eficazes voltados para a promoção, para a valorização e para o respeito dos direitos das crianças,



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

dos adolescentes e dos jovens com a prioridade absoluta determinada na Constituição Federal e nas leis infraconstitucionais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Marco Legal da Primeira Infância.

Art. 3º O prêmio terá periodicidade anual e será voltado a práticas de cunho protetivo e infracional.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 4º São objetivos do “Prêmio Prioridade Absoluta”:

I – identificar, selecionar, premiar, fomentar e disseminar boas práticas relacionadas às questões protetivas e infracionais no âmbito da infância, da adolescência e da juventude;

II – dar visibilidade às práticas de sucesso que contribuem para a promoção de direitos das crianças, dos adolescentes e dos jovens e, via de consequência, majorar quantitativa e qualitativamente essas iniciativas;

III – proporcionar troca de experiências e informações entre os órgãos do Sistema de Justiça, incentivando o compartilhamento de boas práticas relacionadas à promoção dos direitos das crianças, dos adolescentes e dos jovens e suas replicações, promovendo modernização e eficiência das ações voltadas à garantia dos direitos do público infantojuvenil; e

IV – aprimorar as políticas públicas voltadas para a promoção e para a proteção dos direitos das crianças, dos adolescentes e dos jovens.

CAPÍTULO III DAS CATEGORIAS

Art. 5º Serão premiadas as práticas relacionadas às medidas protetivas (eixo temático I) e infracionais (eixo temático II), cada qual subdivida em cinco categorias, quais sejam:

I – Tribunal: categoria designada para as práticas desenvolvidas por tribunais;

II – Juiz: categoria designada para as práticas de magistrados, individuais ou coletivas;



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

III – Sistema de Justiça: categoria designada para órgãos e entidades que fazem parte do Sistema de Justiça, como os órgãos do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Ordem dos Advogados do Brasil, das esferas federal, estadual ou distrital;

IV – Poder Público: categoria designada para órgãos ou entidades do Poder Legislativo ou Poder Executivo, das esferas federal, estadual, distrital ou municipal, incluindo nesse rol as instituições públicas de ensino e de segurança pública; e

V – Empresas e Sociedade Civil Organizada: categoria designada para organizações empresariais, incluindo as instituições privadas de ensino, bem como organizações da sociedade civil, tais como organizações sociais, associações, fundações e outras entidades similares e sem fins lucrativos.

CAPÍTULO IV DAS INSCRIÇÕES

Art. 6º Para se candidatar à premiação é necessário realizar inscrição, no período de 13 a 24 de maio de 2021, por meio do formulário constante no *link* (<http://www.cnj.jus.br/prioridadeabsoluta2021>), de acordo com instruções divulgadas no *site* do CNJ (www.cnj.jus.br/premioprioridadeabsoluta).

Parágrafo único. As inscrições serão abertas aos órgãos e às entidades dos Poderes Legislativo e Executivo, das esferas federal, estadual, distrital ou municipal; pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, sediadas em todo o território nacional; e organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, de todo o território nacional que possuam ações, iniciativas, projetos ou programas destinados à proteção, à valorização e ao respeito dos direitos das crianças, dos adolescentes e dos jovens.

Art. 7º Ao submeterem as ações, as iniciativas, os projetos ou programas destinados à promoção, à valorização e ao respeito dos direitos das crianças, dos adolescentes e dos jovens, os autores se comprometem a disponibilizá-las, na íntegra e sem ônus ao CNJ, para fins de sistematização, elaboração de material de disseminação, divulgação e replicação da prática.

Art. 8º O formulário eletrônico disponibilizado no portal do CNJ deverá ser inteiramente preenchido e acompanhado dos seguintes documentos:



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

- I – apresentação da prática, na forma dos artigos 16, 17 e 18 desta Portaria;
- II – termo de cessão de direitos autorais e autorização de uso de imagens, textos, vozes e nomes para divulgação, fomento e disseminação da prática (Modelo – Anexo I);
- III – termo de compromisso com manifestação de interesse em prestar informações e de atuar como tutor na etapa de disseminação da prática (Modelo – Anexo II);
- IV – termo de conhecimento da presidência ou direção de órgão, entidade, empresa, associação ou organização da sociedade civil ao qual estiver vinculado o proponente, a fim de garantir o comprometimento formal da Administração em relação aos desdobramentos posteriores (Modelo – Anexo III); e
- V – para as categorias “Empresa” e “Sociedade Civil Organizada”:
 - a) atos constitutivos, estatuto ou regimento arquivado/registrado na junta comercial/cartório, ata da assembleia de eleição da diretoria e termo de posse dos dirigentes que respondem legalmente pela instituição, todos atualizados;
 - b) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
 - c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, prova de regularidade relativa à Seguridade Social, Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal, e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pela Justiça do Trabalho.

Art. 9º Não há limite de número de inscrições por tribunais, juízes, órgãos e entidades que fazem parte do Sistema de Justiça, do Poder Público, de Empresas e de Sociedade Civil Organizada.

Parágrafo único. É autorizada a inscrição de mais de uma prática por um mesmo autor/órgão, desde que as inscrições sejam realizadas em formulários distintos e de forma separada.

Art. 10. As práticas deverão ser comprovadamente de autoria do(s) proponente(s) e terem sido efetivamente implementadas há pelo menos um ano, até a data da publicação desta Portaria, de forma a possibilitar a avaliação de práticas inovadoras, eficazes e passíveis de serem replicadas em outros órgãos e entidades, visando ao



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

aperfeiçoamento do atendimento prestado pelos agentes públicos e pela rede de atenção à criança, ao adolescente e ao jovem.

§ 1º A prática apresentada deverá possuir nomenclatura própria e conter dados que comprovem a sua aplicabilidade e eficácia.

§ 2º Não serão admitidas inscrições cujos conteúdos consistam em ideias, sugestões, teses, monografias ou estudos.

Art. 11. Não poderão ser inscritas as práticas de autoria de integrantes da Comissão de Avaliação ou que já tenham sido premiadas em outros concursos promovidos pelo CNJ.

Art. 12. A confirmação da inscrição será enviada para o endereço eletrônico indicado no formulário de inscrição, que será a comprovação de que a prática está concorrendo.

Art. 13. Ao ser efetivada a inscrição, todas as normas desta Portaria estarão automaticamente aceitas pelo candidato.

Art. 14. É vedada a inscrição da mesma prática em mais de uma categoria, sob pena de desclassificação da(s) primeira(s), mantendo-se apenas a última.

Art. 15. O não preenchimento dos requisitos estabelecidos neste Regulamento ensejará o indeferimento da inscrição.

CAPÍTULO V DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PRÁTICA

Art. 16. A prática deverá ser estruturada da seguinte forma:

I – Categoria;

II – Identificação do(s) autor(es);

III – CPF/CNPJ;

IV – Nome da prática;

V – Nome do(s) responsável(is) pela implementação da prática;

VI – Endereço eletrônico do responsável;

VII – Equipe de implementação (nome e cargo);

VIII – Temática: estabelecer o assunto, sem deixar dúvidas quanto ao campo ou à atividade que abrange;



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

IX – Área de Abrangência: indicar a área de atuação da prática (municipal, estadual, distrital, nacional);

X – Introdução: breve resumo da prática;

XI – Público-alvo da prática: indicar público diretamente e indiretamente beneficiado pela prática, quantidade e faixa etária;

XII – Objetivos e metas: informar quais são os objetivos e as metas definidas para a prática; e

XIII – Desenvolvimento da prática, na forma do artigo 18 deste Regulamento.

Art. 17. O desenvolvimento da prática deverá ser elaborado com objetividade e clareza, com abordagem dos seguintes aspectos:

I – identificação do problema, análise das principais causas, planos de melhorias e resultado esperado;

II – fundamentação legal, teórica, metodológica e técnicas, com as estratégias adotadas no desenvolvimento da prática;

III – dificuldades encontradas durante a implementação;

IV – resultados e benefícios alcançados após a implementação da prática;

V – custos e recursos utilizados na implementação da prática;

VI – características inovadoras (diferenciais) da prática;

VII – características que demonstram facilidade de replicação da prática;

VIII – tempo de implementação; e

IX – conclusão.

Art. 18. O desenvolvimento da prática deverá ter no máximo dez páginas, incluídos os anexos, em formato de arquivo PDF, fonte Times New Roman, tamanho 12, alinhamento justificado e espaçamento 1,5.

CAPÍTULO VI DAS ETAPAS DO PRÊMIO

Art. 19. O “Prêmio Prioridade Absoluta” será composto pelas seguintes etapas:

I – divulgação;



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

- II – inscrição dos proponentes;
- III – avaliação e seleção das práticas;
- IV – publicação do resultado e premiação;
- V – inclusão no banco de boas práticas; e
- VI – disseminação das iniciativas premiadas.

CAPÍTULO VII DOS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA AVALIAÇÃO

Art. 20. A análise dos projetos, as ações ou os programas inovadores e eficazes voltados para a promoção, para a valorização e para o respeito dos direitos das crianças, dos adolescentes e dos jovens inscritos será dividida em uma fase eliminatória e outra classificatória.

Art. 21. A fase eliminatória consiste na análise dos seguintes critérios:

- I – documentos apresentados em conformidade com os artigos 8º, 16, 17 e 18 desta Portaria;
- II – enquadramento correto da categoria;
- III – prática efetivamente implementada há pelo menos um ano, conforme artigo 10 desta Portaria; e
- IV – alinhamento à Constituição Federal e às legislações infralegais.

Parágrafo único. Somente as práticas que atenderem aos critérios estabelecidos neste artigo seguirão para a fase classificatória.

Art. 22. A fase classificatória consiste na análise dos critérios constantes na tabela do Anexo IV.

Art. 23. A análise das práticas caberá à Comissão de Avaliação designada pelo CNJ, conforme Anexo V.

Parágrafo único. A comissão é composta por até cinco membros, por eixo temático.

Art. 24. A Comissão de Avaliação poderá, a seu critério, averiguar a autenticidade e a consistência das informações prestadas pelo proponente, por meio de informações complementares, a fim de comprovar a implementação da prática.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Seção I Da Comissão de Avaliação

Art. 25. Os trabalhos da Comissão de Avaliação não serão remunerados.

Art. 26. O Foninj (protetiva) e o DMF (infracional) poderão designar relator para cada categoria, o qual deverá apresentar voto escrito e fundamentado com indicação da prática vencedora.

Art. 27. O integrante de Comissão de Avaliação fica impedido de analisar práticas:

I – em que tenha interesse pessoal;

II – em que tenha participado da elaboração ou implementação;

III – em que tenha relação de parentesco até o terceiro grau, em linha reta, colateral ou por afinidade, com responsável ou integrante da equipe de implementação da prática; e

IV – pertencentes ao mesmo órgão a que se encontra originalmente inscrito.

Seção II Dos Critérios de Desempate

Art. 28. Em caso de empate, será considerada a maior pontuação obtida no critério “Replicabilidade”.

Parágrafo único. Permanecendo o empate, será considerada a maior pontuação obtida no critério “Alcance Social”.

Seção III Da Divulgação dos Resultados e dos Recursos

Art. 29. O resultado preliminar com a pontuação das práticas será divulgado no Portal do CNJ.

Art. 30. Os participantes que desejarem recorrer contra o resultado preliminar deverão apresentar recurso no prazo de cinco dias úteis, contados da divulgação do resultado preliminar.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

§ 1º O recurso será dirigido à Comissão de Avaliação, mediante preenchimento de formulário disponível no Portal do CNJ e instruído com documentos hábeis à prova das alegações neles contidas.

§ 2º Não serão analisados recursos apresentados fora do prazo ou por meio diverso do que foi estabelecido nesta Portaria.

§ 3º A Comissão de Avaliação analisará o recurso e poderá manter ou reconsiderar a decisão, mediante parecer fundamentado. Se a decisão não for reconsiderada, o recurso subirá para decisão do Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do CNJ.

§ 4º Da decisão do Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do CNJ não caberá novo recurso.

§ 5º Após o julgamento dos recursos ou transcurso do prazo sem interposição de recursos, a Comissão de Avaliação homologará o resultado final e o divulgará no portal do CNJ.

CAPÍTULO VIII DA PREMIAÇÃO

Art. 31. Será premiada uma prática de cada categoria dos eixos I e II, conforme art. 5º desta Portaria, totalizando dez premiações.

Art. 32. Os vencedores das categorias receberão certificado.

§ 1º A entrega dos prêmios poderá ocorrer por meio de evento *webinar* a ser designado pelo CNJ.

§ 2º A critério da Comissão de Avaliação, haverá, em todas as categorias, menção honrosa para alguma prática que tenha sido considerada de destaque, mas não tenha sido premiada.

CAPÍTULO IX DAS PRÁTICAS PREMIADAS

Art. 33. As práticas premiadas ou que receberam menção honrosa poderão ser:

I – publicadas em veículo oficial do CNJ; e



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

II –divulgadas na TV Justiça.

Seção IV Do Fomento e Disseminação das Práticas

Art. 34. As práticas premiadas ou que receberem menção honrosa constarão no banco de boas práticas a ser criado pelo CNJ e serão objeto de disseminação e fomento de conhecimento para que sejam replicadas, podendo vir a ser apresentadas em eventos e fóruns de discussão organizados pelo CNJ e divulgadas em materiais informativos.

Art. 35. Caberá ao CNJ a elaboração dos materiais informativos, em meio físico e eletrônico, das práticas premiadas e, se for o caso, das práticas inscritas que não forem desclassificadas.

Art. 36. Os responsáveis pelas práticas premiadas atuarão como tutores nas ações de disseminação, prestando orientações sobre as metodologias, estratégias e os demais aspectos que possam contribuir com a replicação por outros interessados.

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37. As práticas premiadas serão divulgadas e disponibilizadas como material de referência, mantidas em arquivo para futuro aproveitamento e/ou consulta.

Art. 38. O CNJ não se responsabilizará por quaisquer informações falsas, sejam de ordem técnica, sejam de autoria de imagens, ações, projetos, entre outras, visto que é do proponente a responsabilidade por essas informações.

Art. 39. Os casos omissos serão apreciados pela Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do Conselho Nacional de Justiça do CNJ.

Art. 40. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro **LUIZ FUX**



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

ANEXO I DA PORTARIA Nº 111, DE 9 DE ABRIL DE 2021.

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS

Pelo presente instrumento, eu, _____ (nome),
_____(RG) e _____(CPF), na qualidade de autor(a) da
prática _____(nome),
implementada na instituição _____
(nome do órgão/instituição), inscrita por mim no Edital do “Prêmio Prioridade Absoluta”,
realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), **CEDO** os direitos relativos à edição,
à exibição, à veiculação e à distribuição dessa boa prática em qualquer meio analógico ou
digital, tanto no Brasil como no exterior, da íntegra ou de partes da obra, bem como
autorizo sua inclusão no acervo digital da instituição.

Declaro expressamente que a publicação e utilização da prática em questão, inclusive para
fins de fomento, disseminação e replicação, não viola os direitos de terceiros.

Declaro que a elaboração da mencionada prática tem caráter *pro bono publico* e, portanto,
renuncio ao recebimento de qualquer remuneração pertinente aos direitos autorais ora
cedidos.

Por ser a expressão da verdade, dato e assino o presente termo de cessão.

_____(cidade), ___(dia) de _____(mês) de 2021.

Assinatura



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

ANEXO II DA PORTARIA Nº 111, DE 9 DE ABRIL DE 2021.

TERMO DE COMPROMISSO

Pelo presente instrumento, eu, _____ (nome),
_____ (RG) e _____ (CPF), na qualidade de
autor(a) da prática _____ (nome),
implementada na instituição _____
(nome do órgão/instituição), inscrita por mim no Edital do “Prêmio Prioridade Absoluta”,
realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), comprometo-me a prestar
informações adicionais para elaboração dos materiais informativos da presente boa
prática, além de atuar como tutor nos fóruns de discussão que serão realizados pelo CNJ
na etapa de disseminação da prática.
_____(cidade), ____ (dia) de _____(mês) de 2021.

Assinatura



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

ANEXO III DA PORTARIA Nº 111, DE 9 DE ABRIL DE 2021.

TERMO DE CIÊNCIA

Pelo presente instrumento, eu, _____
(nome), _____ (RG) e _____ (CPF),

(cargo), na qualidade de gestor da instituição

(nome), declaro ter ciência
da inscrição da prática _____ (nome),
implementada nesta instituição, no Edital do “Prêmio Prioridade Absoluta”, realizado pelo
Conselho Nacional de Justiça (CNJ), assim como declaro ter conhecimento da premiação
a que está concorrendo essa prática, das visitas técnicas que poderão ser realizadas pela
Comissão de Avaliação e da etapa de fomento e disseminação da prática.

(cidade), ____ (dia) de _____ (mês) de 2021.

Assinatura



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

ANEXO IV DA PORTARIA Nº 111, DE 9 DE ABRIL DE 2021.

Fase classificatória – critérios de pontuação

Critério	Descrição	Pontuação Máxima por Categoria (nota e peso)			
		Sistema de Justiça	Governo	Sociedade Civil	Empresa
Eficácia	Alcance do resultado pretendido. Relação entre resultados pretendidos e resultados obtidos.	Peso 1 Até 10 pontos	Peso 2 Até 10 pontos	Peso 2 Até 10 pontos	Peso 2 Até 10 pontos
Eficiência	Capacidade de produzir o máximo de resultados com o mínimo de recursos.	Peso 1 Até 10 pontos	Peso 2 Até 10 pontos	Peso 2 Até 10 pontos	Peso 1 Até 10 pontos
Inovação	Originalidade da prática em termos de incorporação de métodos, modelos, técnicas e outras estratégias inventivas em relação a práticas anteriores.	Peso 2 Até 10 pontos	Peso 2 Até 10 pontos	Peso 2 Até 10 pontos	Peso 2 Até 10 pontos
Replicabilidade	Capacidade de implementação da prática ou adaptação em outros órgãos, entidades ou	Peso 2 Até 10 pontos	Peso 2 Até 10 pontos	Peso 1 Até 10 pontos	Peso 1 Até 10 pontos



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

	empresas.				
Custos e recursos de implementação	Custos envolvidos na implementação, considerando tempo, pessoal, recursos.	Peso 1 Até 10 pontos			
Intersetorialidade	Articulação com outras ações e políticas.	Peso 2 Até 10 pontos	Peso 2 Até 10 pontos	Peso 1 Até 10 pontos	Peso 1 Até 10 pontos
Alcance Social	Número de crianças e adolescentes alcançados pela prática.	Peso 1 Até 10 pontos			



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

ANEXO V DA PORTARIA Nº 111, DE 9 DE ABRIL DE 2021.

DA COMISSÃO AVALIADORA

A Comissão Avaliadora responsável pela análise dos projetos, das ações ou dos programas inovadores e eficazes voltados para a promoção, para a valorização e para o respeito dos direitos das crianças, dos adolescentes e dos jovens inscritos no “Prêmio de Prioridade Absoluta” é instituída em conformidade com este Regulamento e com de acordo com os seguintes critérios:

a) integram a Comissão Avaliadora – Eixo Temático I (medidas protetivas):

I – Flávia Moreira Guimarães Pessoa, Conselheira do CNJ e Presidente do Fórum Nacional da Infância e da Juventude (Foninj);

II – Trícia Navarro, Juíza Auxiliar da Presidência do CNJ;

III – Hugo Gomes Zaher, Juiz Auxiliar da Infância e Juventude da Comarca de Campina Grande e membro do Foninj; e

IV – Rosana Sperandio, representante da UNESCO.

b) integram a Comissão Avaliadora – Eixo Temático II (medidas infracionais):

I – Antônio Carlos de Castro Neves Tavares, Juiz Auxiliar da Presidência e membro do Foninj;

II – Lavínia Tupy Vieira Fonseca, Juíza de Direito da Vara de Execução de Medidas Socioeducativas do Distrito Federal e membro do Foninj;

III – Soleny Hamú, representante da UNESCO;

IV – Luiza Teixeira, representante da UNICEF; e

V – Benedito Rodrigues dos Santos, representante da UNICEF.

c) a coordenação dos trabalhos ficará a cargo da Juíza Trícia Navarro.

A Comissão Avaliadora deverá analisar as propostas apresentadas,



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

observando o disposto no Regulamento do “Prêmio Prioridade Absoluta”, Edição 2021 e os prazos estabelecidos no item 2.4 do cronograma.

A Comissão anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas ao processo seletivo e adotará as medidas necessárias à divulgação de seus resultados.

A critério da Comissão de Avaliação, haverá, em todas as categorias, menção honrosa para alguma prática que tenha sido considerada de destaque, mas não tenha sido premiada

A Comissão de Avaliação analisará o recurso interpostos e poderá manter ou reconsiderar a decisão, mediante parecer fundamentado. Se a decisão não for reconsiderada, o recurso subirá para decisão do Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do CNJ.

Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Avaliadora.

As reuniões da Comissão se darão preferencialmente por videoconferência e os trabalhos não serão remunerados.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

ANEXO VI DA PORTARIA Nº 111, DE 9 DE ABRIL DE 2021.

Cronograma		
Principais marcos / eventos do regulamento	Data de Início	Data de Término
Divulgação do regulamento da edição de 2021	09/04/2021	09/04/2021
Período de inscrição das práticas	13/05/2021	24/05/2021
Fase eliminatória	25/05/2021	04/06/2021
Fase classificatória	07/06/2021	28/06/2021
Divulgação do Resultado Preliminar	29/06/2021	29/06/2021
Período de recursos	30/06/2021	05/07/2021
Análise dos recursos	06/07/2021	12/07/2021
Análise dos recursos indeferidos	13/07/2021	20/07/2021
Homologação e divulgação do resultado final.	23/07/2021	23/07/2021